



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

NOTAS SOBRE O ECLETISMO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

MÔNICA BARROS DA NÓBREGA¹
GÉSSICA TAMIRES DA SILVA ANSELMO²
THAMYRES ALVES DE ARAUJO³

Resumo: Este artigo trata do ecletismo no Serviço Social brasileiro, buscando apreender o seu conceito, sua trajetória histórica, função ídeo-política e suas inflexões no Serviço Social. Discussão esta resultante das aproximações ao tema através da pesquisa que realizamos, vinculada ao Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/UEPB/CNPq \ 2015-2016, com o objetivo de analisar, na bibliografia do Serviço Social, o debate acerca do ecletismo e a sua recorrência histórica na produção de conhecimento na área. Acreditamos que o tema assume relevância pela diminuta produção existente. Logo, este artigo poderá contribuir para o alargamento e o aprofundamento do debate na agenda profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social; Produção de Conhecimento; Ecletismo.

Abstract: This article deals with eclecticism in the Brazilian Social Service, seeking to understand its concept, its historical trajectory, its political function and its inflections in Social Service. This discussion is the result of the approximations to the theme through our research, linked to the Institutional Program of Scientific Initiation - PIBIC / UEPB / CNPq \ 2015-2016, with the objective of analyzing in the Social Service bibliography the debate about eclecticism and its historical recurrence in the production of knowledge in the area. We believe that the theme is relevant because of the small production that exists. Therefore, this article may contribute to the broadening and deepening of the debate in the professional agenda.

Keywords: Social Service; Knowledge production; Eclecticism.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tarefa discutir sobre o ecletismo, recuperando o seu conceito, ressaltando a sua função ídeo-política e as suas inflexões no Serviço Social brasileiro, especialmente na produção de conhecimento teórico na área.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <monicabnobreaga@yahoo.com.br>.

² Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

O ecletismo, segundo Tonet (1995, p. 35), se constitui “na liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador, sem, contudo, verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes, resultando numa verdadeira ‘colcha de retalhos’”. Logo, não possibilitando a apreensão da realidade para além de suas formas fenomênicas.

Na atual dinâmica e complexa realidade em transformação, que produz rapidamente questões que necessitam ser desvendadas, o conhecimento teórico que apreenda o real na sua totalidade é imprescindível para o cotidiano do trabalho do/a assistente social.

É consensual entre os estudiosos do Serviço Social brasileiro, particularmente aqueles que se fundamentam na teoria social crítica, que a presença do ecletismo na profissão reforça posicionamentos teórico-metodológicos e ideo-políticos conservadores, os quais servem como mecanismos de manutenção do sistema capitalista e das suas formas de exploração do trabalho. Portanto, fere o compromisso ético-político assumido pela categoria profissional, expresso no projeto ético-político, o qual está vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e sem exploração de classes, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, contemplando o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999).

Para a construção deste artigo, adotamos um quadro teórico que contempla os atuais processos vinculados à dinâmica reestruturadora do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos na esfera da economia, da política, da cultura etc., além do ecletismo na produção de conhecimento teórico.

O presente artigo está estruturado em três seções. Na primeira, fazemos uma breve recuperação histórica sobre a origem e desenvolvimento do ecletismo, destacando a sua função ídeo-política na sociedade burguesa. Na segunda abordamos o histórico conservadorismo presente na profissão, que através de suas nuances ídeo-políticas, favorece a influência do ecletismo

na produção teórica do Serviço Social; o sincretismo que comparece como um traço constitutivo da dimensão ídeo-teórica do Serviço Social, que, inevitavelmente, traz consigo o ecletismo; e o ideário pós-moderno, enquanto mediação significativa para a permanência do ecletismo no Serviço Social brasileiro. Na terceira e última seção teceremos nossas considerações aproximativas.

2 ECLETISMO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA ORIGEM, HISTÓRIA E FUNÇÃO ÍDEO-POLÍTICA

O conceito de ecletismo deriva do grego Ek-Léghein, que significa “escolher e reunir de várias partes” (REALE, 1994. p. 439 *apud* ROCHA 2005, p.56). Constitui-se, pois, como ressalta Coutinho (1995), na tentativa de conciliar opiniões inconciliáveis, uma incorporação acrítica de perspectivas teóricas as mais variadas, portanto, uma ausência de coerência entre tais perspectivas que orientam a prática social.

Logo, o ecletismo apresenta uma aparente harmonia filosófica, na qual se mistifica o real, na intenção de criar um falso consenso de ideias, misturando-as de forma equivocada, na tentativa de explicar a realidade de maneira arbitrária. A historicidade das ideias, assim como as suas contradições internas não são consideradas pelo ecletismo, o que o torna funcional aos interesses de dominação de classe. De acordo com Rocha (2005), o ecletismo está contido na filosofia espiritualista⁴ francesa do século XIX, destacando-se como uma expressão moderna dentro da diversidade do ecletismo.

⁴ A filosofia espiritualista francesa do século XIX foi um movimento que surgiu como reação ao exagerado materialismo pós-revolucionário, que se manifestava no cientificismo positivista. Os pensadores dessa filosofia não se conformam com uma concepção cientificista do homem. Sua preocupação primeira é mostrar que o ser humano não se reduz simplesmente à natureza material. Defendem a interioridade que confere significado ao homem e às coisas. O que, segundo esses pensadores, constitui a pessoa é a interioridade e a liberdade. (DONHA, 2017)

Para que se possa entender o ecletismo enquanto postura filosófica, faz-se necessário conhecer tanto as forças produtivas – já que o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade do capital passa a demandar novos condicionamentos sociais, culturais e ideo-políticos que sustentem os novos padrões de vida material – quanto o solo histórico que o constituiu. Nesse sentido, destaca-se a França Restaurada em pleno processo de industrialização capitalista como o terreno que fundamentou a postura eclética na modernidade.

A partir da constituição da racionalidade moderna no século XVI, a possibilidade de ascensão da classe burguesa ficou evidente. Com o colapso do sistema feudal a burguesia começou a ganhar força dentro da sociedade europeia, passando a empreender o processo de instauração de um novo padrão de sociabilidade, pautado na defesa da liberdade, igualdade e fraternidade.

Naquele contexto, movimentos intelectuais começaram a surgir, entrando em conflito com a hegemonia do pensamento existente, visto que refutavam os conhecimentos fundamentados em crenças e dogmas religiosos. O conhecimento religioso medieval e o filosófico grego passaram a ser substituídos pelo conhecimento obtido a partir das observações e experimentações dos fenômenos naturais. Portanto, com a Modernidade se instituiu um novo modelo explicativo da realidade, fundado na primazia da razão.

A modernidade trouxe esplêndidos avanços no campo tecnológico, econômico-industrial, filosófico dentre outros, nos quais a burguesia, inicialmente, desempenhou um importante papel revolucionário. No final do século XV, segundo Coutinho (2010), a burguesia mostrava-se como uma classe ascendente, combatendo às limitações do mundo feudal, prometendo avanços sociais e defendendo os valores de liberdade, igualdade e fraternidade. Porém, ao conquistar o poder econômico e político, durante o século XVII, passou a impedir os conteúdos progressistas constitutivos da vida moderna, com vistas a manter-se como classe dominante, priorizando seus interesses particulares. Dessa forma, a burguesia abandonou seus ideais progressistas, tornando-se classe conservadora.

Para consolidar-se como classe dominante no movimento de expansão do capital em sua fase imperialista, a burguesia passou a investir em pensamentos filosóficos que viabilizassem o controle e a manutenção do seu sistema. Foi nesse contexto que o ecletismo passou a ser utilizado para atender a necessidade de controle e de manutenção da ordem burguesa no movimento de expansão e consolidação do capitalismo na França, tendo como principal função conciliar as necessidades da burguesia e “acalmar” os movimentos de contestação operária.

Desde o início da Revolução Francesa, os governos absolutistas de toda a Europa sentiram-se ameaçados. Os ideais da citada Revolução eram tidos como subversivos, pois colocava em xeque o equilíbrio do continente Europeu. Os princípios revolucionários se expandiram para além da França, chegando, em 1795 e 1799, a países como Holanda e Suíça. De acordo com Georges (1993) um grande expansionista dos ideais revolucionários foi Napoleão Bonaparte, que passou a dar novos rumos ao processo revolucionário. Em 1799, Napoleão, juntamente com a aliança de outros líderes, comandou um golpe de Estado (conhecido como 18 Brumário de Napoleão Bonaparte) e assumiu o governo da França. O poder burguês passou a se consolidar em várias regiões da Europa, o que acabou levando vários países à guerra.

Os governos absolutistas da Europa como a Áustria, Prússia e Rússia consideravam o crescimento do poder de Napoleão uma ameaça para seus governos. Eles temiam que com a consolidação dos projetos burgueses, mudanças semelhantes fossem exigidas em seus países. Dessa maneira, várias alianças foram formadas para combater o governo francês, o que culminou na derrota de Napoleão Bonaparte em uma batalha em Waterloo (atual Bélgica). Após essa derrota, os governos vencedores procuraram reestabelecer à ordem vigente na Europa antes da Revolução Francesa, culminando com o processo de Restauração da Monarquia Absolutista na França.

Assim, o ecletismo com seu teor conservador foi utilizado pelos pilares da tradição aristocrática (o rei e a Igreja Católica) no âmbito político-ideológico para conseguir a Restauração Monárquica, desempenhando uma revalorização da cultura da aristocracia francesa, do tradicionalismo fundado na autoridade aristocrática, do poder do rei e da fé católica. A sociedade restaurada deveria procurar restabelecer os valores da religião e da moral. As defesas dos interesses da aristocracia foram mais rígidas nos governos de Luís XVIII e Carlos X.

Tendo Victor Cousin como elaborador da filosofia oficial da França, o ecletismo espiritualista foi a doutrina mais difundida na época da Restauração Monárquica Francesa, colocando-se a serviço do “espiritualismo”.

Segundo Mora (2004), Victor Cousin foi um filósofo extremamente influente em seu tempo. Reconhecido por criar grande empatia e ser um excelente orador, tornou-se figura pública de grande influência, que expunha, em suas conferências, sua filosofia, conhecida como espiritualismo eclético. O prestígio de Cousin, assim como de sua filosofia, foi ganhando espaço e o filósofo acabou ocupando vários cargos importantes, sendo, por exemplo, durante o reinado de Luis XVIII, nomeado oficial diretamente ligado à coroa. Nesse momento, Cousin articulou importantes mecanismos políticos de controle no sistema educacional. Sempre foi estudioso de filosofia e acabou por privilegiar esse ensino.

Cousin criou seu próprio sistema filosófico, usando vários outros sistemas de pensamento, por isso, sua doutrina é chamada de espiritualismo eclético, pois pretendia “conciliar num sistema pouco definido aquilo que julgava verdadeiro em todos os sistemas, considerados manifestações parciais de uma verdade única e mais ampla” (MORA, 2004, p.792).

A filosofia de Victor Cousin combinava com os anseios da Monarquia de Luís XVIII. Seria impossível compreender a enorme força desta doutrina sem situá-la neste contexto, pois grande parte da influência obtida por Cousin e sua doutrina parece estar diretamente ligada a esse contexto. O “espírito de conciliação” era bastante interessante para a monarquia, que se apoiava nos

horrores gerados pela Revolução Francesa para manter seu poder, e Cousin conduzia bem estes interesses. Ele via no ecletismo a possibilidade de combater a “filosofia do mal” do século XVIII, seja o empirismo ou o materialismo, que teriam trazido consequências sociais e políticas desastrosas durante a revolução. Seu sistema, ao contrário, trazia elementos necessários à ordem e à estabilidade, como a existência de Deus, o livre-arbítrio e uma clara distinção entre o bem e o mal.

Trata-se, portanto, de um ecletismo constituído por uma filosofia confessional, que buscava atender os interesses da burguesia empresarial e também “manter afastados os fantasmas subversivos do materialismo”. Cousin considerava que o ecletismo fosse capaz de superar todas as diferenças entre os vários sistemas filosóficos, visto que seria um “sistema” de verdade mais “puro”, possibilitando o alcance de uma verdade superior. Através do ecletismo seria possível “pegar emprestado” o que cada sistema filosófico tinha de verdadeiro e excluir o que tinha de falso. Dessa forma, eliminando-se o erro que cada sistema possuía seria possível construir um sistema filosófico integral. (FORMIGAZI, 1997, *apud* ROCHA, 2005, p. 64).

Com o intuito de desenvolver na sociedade uma desconfiança em relação a qualquer perspectiva de mudança, a filosofia tradicionalista, contrarrevolucionária, contribuía para a repressão aos movimentos insurrecionais liberais e socialistas ao pregar que “todo o mal proviria de um século de irreligião, com os seus pretensos filósofos e suas falsas doutrinas” (COSTA, 1999, p. 196 *apud* ROCHA, 2005, p.75).

No governo de Luís Filipe I, em 1830, buscava-se um consenso entre a burguesia industrial e a aristocracia para controlar as manifestações operárias, e nesse sentido, as ideias filosóficas espiritualistas foram expandidas com mais intensidade. Conforme Rocha (2005, p. 77), “o sistema eclético de Cousin caracteriza-se como uma ‘reação’ aos ideais progressistas que, em sua fase ascendente, a burguesia propagou”.

Naquele contexto, o ecletismo desempenhou um papel importante no estabelecimento de novas medidas de controle societário. Essa filosofia deu

respaldo para a “restauração” da força política do antigo regime – como estratégia burguesa de domínio de classe. Nesse sentido, o ecletismo é uma expressão do pensamento conservador, o qual cumpre uma função ideológica extremamente importante para a consolidação e manutenção da ordem instituída, servindo como um importante mecanismo de aceitação da sociedade capitalista, investindo na naturalização das desigualdades.

Enfim, o ecletismo se constituiu como uma reação à crise do pensamento moderno capitalista que não se baseava mais em ideais progressistas, esquecendo os valores societários emancipatórios. Foi, pois, com o intuito de conter conflitos de classe e manter a ordem capitalista, que foram adotadas posturas teórico-metodológicas e ideológicas como o ecletismo.

3 CONSERVADORISMO, SINCRETISMO E O IDEÁRIO PÓS-MODERNO: ELEMENTOS QUE FAVORECEM A INFLUÊNCIA DO ECLETISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O Serviço Social passou, ao longo de sua trajetória histórica, por significativas mudanças quanto a sua direção teórico-metodológica. Durante as primeiras décadas de existência da profissão, um traço comum pode ser destacado: o compromisso sociopolítico com o conservadorismo (IAMAMOTO, 2004). A marca do pensamento conservador reside na superficialidade com que interpreta os elementos da realidade, dando importância a sua aparência em detrimento das contradições de sua essência.

Em sua função ideológica, o conservadorismo, conforme Barroco (2015, p. 624), reproduz um modo de ser fundamentado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes. No Brasil, na compreensão da autora, reproduz um modo de ser preservado pelas nossas elites “ com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo”.

O conservadorismo é, e sempre será, alimento necessário para a reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Em outras palavras, “é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

É importante fazermos um resgate histórico – partindo da gênese do Serviço Social brasileiro – para observarmos como o conservadorismo presente na profissão, através de suas nuances ídeo-políticas, favoreceu a influência do ecletismo na produção teórica do Serviço Social, principalmente em suas origens.

No Brasil, o Serviço Social surgiu na década de 1930, na ordem societária comandada pelo monopólio, sob a influência da Igreja Católica. Nesse período, o país vivenciava uma conjuntura turbulenta em decorrência das várias manifestações da classe trabalhadora, que clamava por melhores condições de vida e de trabalho.

Na tentativa de “acalmar os ânimos” da classe trabalhadora e manter os seus interesses, a burguesia, juntamente com a Igreja Católica e o Estado, passou a impulsionar ações de caridade e benemerência a serem executadas pelas “damas de caridade”, mulheres de famílias que possuíam um alto poder aquisitivo e que eram formadas conforme a doutrina Social da Igreja, com intuito de exercer ações sociais. Inicialmente as atividades eram voltadas para intervir nas expressões da questão social⁵ geradas pela introdução do sistema capitalista no país, com um conteúdo moral e religioso, voltadas para o trabalhador e sua família, na perspectiva do ajuste e enquadramento social. Ou seja, para o restabelecimento da moral do indivíduo e da família.

Assim, a ação do Serviço Social no momento de sua gênese era contribuir para que o burguês e o operário fossem solidários um com o outro, considerando que pertenciam a uma mesma “comunidade produtiva” que

⁵ A questão social, segundo Iamamoto e Carvalho, (1983, p.77) “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

superava qualquer diferença social. As características do pensamento conservador apareciam enraizadas tanto no discurso quanto na prática do/a assistente social, contribuindo para a manutenção do instituído.

Piana (2009) aponta que nas décadas de 1940/1950 houve uma tendência de modernização do perfil profissional. Nesse contexto, o Serviço Social incorpora as influências norte-americanas. Surgem os métodos importados dos Estados Unidos, como o Serviço Social de Caso e o Serviço Social de Grupo, nos quais se dará um grande enfoque na solução dos problemas pessoais, de relacionamento e de socialização. Tais métodos são baseados no racionalismo formal abstrato, no qual o entendimento da realidade se localiza ao nível dos fenômenos, na aparência do real.

As influências franco-belga e norte-americana foram determinantes no que diz respeito ao processo de formação e intervenção dos/as assistentes sociais. Durante esse processo foram mescladas as vertentes do conservadorismo católico e a razão formal-abstrata positivista.

Segundo Rocha (2005) a articulação entre essas duas matrizes ideológicas ligadas à correntes de pensamento distintas – a franco-belga vinculada ao pensamento católico e ao irracionalismo laico e a norte-americana ao funcional-positivismo – irão resultar no ecletismo.

A partir dos anos 1960 se observa a gestação de uma trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão, o que caracterizou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que no Brasil configurou-se como um processo denominado por renovação do Serviço Social. Segundo Netto (1991) o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente na sua perspectiva de “intenção de ruptura”, buscava desvincular-se da herança conservadora da profissão, reconfigurando as suas bases teóricas, técnicas e políticas.

A reação à herança conservadora na profissão, principalmente na perspectiva de “intenção de ruptura”, que começou a ser gestada nos anos 1960, ganhando densidade no final dos anos 1970, foi forjando coletivamente

o Projeto Ético-Político profissional, o qual teve sua expressão máxima no III CBAS, conhecido como o “Congresso da Virada”, realizado em 1979, na Cidade de São Paulo,” [...] quando uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro [...]”(TEIXEIRA; BRAZ, 1999, p. 12).

A partir da década de 1980, com o aprofundamento teórico das obras de Marx, foi possível o Serviço Social adotar um posicionamento crítico, buscando romper com o arcabouço ideológico-cultural decorrente do pensamento conservador.

A partir desse momento, o Serviço Social passou a construir um amplo leque temático na sua produção teórica, o que indica um importante amadurecimento no âmbito da pesquisa. Contudo, não se pode omitir que, apesar dessas conquistas, observam-se influências de correntes teóricas distintas. Conforme comenta Souza (2014), demarca presença no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social influências teóricas de matizes diferenciadas, tais como estruturalista, funcionalista, weberiana e as ditas “pós-modernas”.

No que se refere à prática profissional, sabemos que os/s Assistentes Sociais atuam nos vários âmbitos da vida social, ou seja, nas diversas expressões da questão social, que aparecem de imediato de maneira fragmentada, resultando no que Netto (1996) vai denominar de sincretismo profissional, o qual teoricamente se expressa no ecletismo. Para o autor, a estrutura sincrética do Serviço Social é decorrente do modo difuso que as expressões da questão social se apresentam, constituindo para o Serviço Social um objeto polimórfico, ou seja, que se apresenta de diversas formas e que permite associar a sua intervenção a múltiplos segmentos da vida social, ao mesmo tempo em que bloqueia as possibilidades de delimitar a sua especificidade. O sincretismo também é reforçado pelo Estado, a partir da sua intervenção sobre as sequelas da questão social, através das políticas públicas setoriais, que reforça a intervenção profissional fragmentada.

Para Netto (1996), a expressão do sincretismo profissional pode ser localizada no fato de que a profissionalização do Serviço Social (que inclui a circunscrição de campos profissionais, a elaboração de uma documentação própria, a generalização de um quadro de referência para a formação dos seus agentes, o recurso aos saberes das ciências humanas e a codificação dos procedimentos de intervenção) não modificou de maneira significativa a atuação dos/as Assistentes Sociais quando comparados com os atores inseridos nas suas protoformas.

Em consonância com Netto, Souza (2014) considera que são as bases sócio- materiais da produção capitalista contidas nas estruturas do Estado e da sociedade civil-burguesa que reproduzem o sincretismo no exercício profissional. O fato de o Serviço Social possuir uma estrutura sincrética acaba reproduzindo, no campo teórico, o ecletismo.

Para que se possa superar os obstáculos advindos do conservadorismo da profissão, é necessário que exista na categoria profissional e no momento da formação dos/as assistentes sociais uma reflexão acerca dos pressupostos teóricos crítico-ontológicos da tradição marxista, que irão auxiliar os/as profissionais a fazerem análises qualificadas da realidade na sociedade burguesa contemporânea bem como delimitar os limites e possibilidades do Serviço Social enquanto profissão, inserida na divisão sócio- técnica do trabalho.

Na atualidade, o Serviço Social recebe a influência da pós-modernidade, que se configura como expressão do neoconservadorismo. As inflexões da pós-modernidade no Serviço Social implicam, sobretudo, na maneira de interpretar a realidade de forma simplista e sem problematização. Santos (2007) coloca que é comum a designação de “ofensiva neoconservadora pós-moderna”, o que expõe o entendimento de que o pensamento pós-moderno é degradante, tendo em vista que carrega o traço neoconservador, de influência prejudicial na teoria e na prática do Serviço Social.

Santos (2007) ainda comenta que os rebatimentos do neoconservadorismo pós-moderno no Serviço Social brasileiro acarreta posicionamentos que retrocedem nos avanços conquistados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, visto que o uso de determinadas ideias advindas com o pensamento pós-moderno na categoria de pesquisadores do Serviço Social manifesta uma aceitação acrítica dos fundamentos deste pensamento, bem como reafirma uma concepção endógena do Serviço Social, intervenções fragmentadas, um grande reforço a singularidade em detrimento da universalidade, a positividade e a particularização da profissão com foco na metodologia.

A adesão ao ideário pós-moderno por inúmeros estudiosos do Serviço Social é considerado como uma “[...] tendência do sincretismo ideológico constitutivo do tecido profissional [...], somada a também já histórica afeição pelas dimensões ‘microssociais’ da realidade social” (SANTOS, 2007, p. 85). Nesse sentido, o Serviço Social já manifestava uma “predisposição” de absorção de teorias diversas e busca de análises fragmentadas da realidade, o que acabou fomentando a propensão da introdução do pensamento pós-moderno nas suas discussões teóricas.

No pensamento pós-moderno, as relações sociais são tidas como relações instáveis, não duradouras. O referido pensamento exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital, tornando-se um instrumento de legitimação do discurso neoliberal e bastante pertinente para mascarar as injustiças sociais, e manter o conservadorismo. Nesse sentido, de acordo com Santos (2007), a pós-modernidade para além de ser a linguagem coadunante com o novo estágio desta sociedade no modelo neoliberal, é a linguagem que a legitima e reforça.

Uma característica da pós-modernidade abordada por Santos (1980) é a propensão em mesclar tendências incomuns, ou seja, estilos diversificados, o que constitui o ecletismo. O referido autor destaca que isto ocorre em todas as áreas, sejam nas artes, na literatura, ou na filosofia, quando teóricos cruzam ideologias diversificadas.

Para Bezerra (2009, p. 313- 314),

[...] o que vigora hoje seria um “paradigma da diferença”, quando uma grande variedade de conflitos parece substituir a luta de classes. Diante deste cenário ‘pós-moderno’, percebemos a recuperação de uma perspectiva individualista e aclassista, onde a identidade humana não se coloca como algo dado, mas como uma ‘tarefa’, uma possibilidade, diante das inúmeras subjetividades que se encontram em disputa no cenário político.

A “crise” da teoria social crítica, é utilizada pelos ideólogos pós-modernos como justificativa da necessidade de alternativas de pensamentos, de aberturas para o entendimento do mundo contemporâneo no âmbito do conhecimento. Nesse sentido, a falsa crise do pensamento social contemporâneo tem possibilitado a abertura de um grande espaço para as tendências teóricas ecléticas. No ideário pós-moderno, os sujeitos possuem identidades variáveis e incertas, não havendo uma identidade coletiva, com base na classe social. Parte-se do pressuposto de que as análises do real a partir da perspectiva de totalidade (como a marxista) não fazem sentido, pois haveria uma pluralidade de realidades fragmentadas que impossibilitaria a apreensão do real como um todo. Nesse sentido, há a necessidade de novos paradigmas, de novos caminhos que possam superar as dificuldades de interpretação da realidade.

Segundo Rocha (2005, p. 149), a tônica da busca por novos paradigmas é o pluralismo metodológico, o entrecruzamento dos paradigmas, o que torna, “imprescindível o diálogo entre marxismo, estruturalismo, fenomenologia, interacionismo simbólico, hermenêutica, racionalismo crítico, funcionalismo e, ainda, outras abordagens micro, culturais, de gênero, psicológicas”.

Tonet (1995) destaca que a proposta do pluralismo metodológico é uma nova versão da tradição empirista, que apenas mostra como as coisas funcionam, mas não o porquê que elas são assim. Em uma abordagem ontológica se busca a gênese e o sentido do conhecimento que funda o ser social. A diferença entre a abordagem ontológica e a gnosiológica é que a primeira permite e exige a captura do objeto enquanto totalidade e tem a

totalidade como categoria central, já a segunda, com a ausência da categoria totalidade pode apenas capturar momentos parciais.

No Serviço Social, portanto, as influências da crítica pós-moderna, como enfatizou Santos (2007), ecoa com facilidade, pois a sua profissionalidade foi eivada de elementos antimodernos, os quais, do ponto de vista ídeo-teórico, se expressam no conservadorismo, que se constitui como um fio condutor da aproximação pós-moderna, orquestrada pelo sincretismo e sua permanente ausência de reservas críticas. Ou seja, o conservadorismo e o sincretismo, substratos ídeo-teóricos do Serviço Social, se constituem vias de aproximação entre a profissão e o pensamento pós-moderno, pois, ambos se coadunam em sua antimodernidade.

Portanto, diferentemente da perspectiva ontológica, a cultura da pós-modernidade com sua centralidade no sujeito e no fragmento, termina por reforçar a perspectiva conservadora na profissão bem como as tendências sincréticas e ecléticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa caminhada nos propiciou entender como a presença do ecletismo no Serviço Social inviabiliza a apreensão do real na sua essência, assim como contribui para a recuperação dos traços conservadores da profissão. A presença do ecletismo revela que o conservadorismo tem sido recuperado na atualidade, se constituindo como um elemento presente tanto na produção teórica do Serviço Social, bem como nas demais dimensões da profissão, tendendo afastar a categoria profissional da direção social estratégica do Projeto Ético-Político profissional, que defende valores emancipatórios.

Vimos que as raízes sócio-históricas do ecletismo localizam-se no período da decadência filosófica burguesa entre os anos 1830 e 1848. Surge como uma estratégia ídeo-política para a manutenção da ordem capitalista, no movimento de expansão e consolidação do capitalismo na França.

Mesmo que o Serviço Social na contemporaneidade tenha expressado um significativo afastamento das influências ecléticas, em decorrência do aprofundamento teórico das obras de Marx, que passou a dar fundamentos científicos mais sólidos para a atuação dos/as profissionais, observa-se a interferência na profissão do discurso pós-moderno, o qual tende a interpretar a realidade de forma simplista e fragmentada. Discurso este que carrega um traço neoconservador, visto que reatualiza procedimentos teórico-metodológicos do conservadorismo bem como do ecletismo.

Dessa forma, o ideário pós-moderno tem trazido sérias implicações para a profissão, pois que reforça intervenções fragmentadas, quando privilegia a singularidade em detrimento da universalidade, reatualizando o conservadorismo e as tendências ecléticas.

Portanto, este artigo pretende incluir-se no debate na literatura do Serviço Social brasileiro, acerca dos desafios contemporâneos à profissão, especificamente aqueles postos à produção de conhecimento na perspectiva de apreensão da realidade enquanto uma totalidade social, no contexto atual de crise estrutural do capitalismo.

Portanto, um conhecimento teórico que, respeitando o princípio da pluralidade, enquanto debates de ideias, não caia no ecletismo teórico, resultando, com ressalta Tonet (1995) na impossibilidade de apreensão do real na sua totalidade.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 5-17, 1995.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DONHA, João. Filosofia Espiritualista. In: _____. **Jornal Ciência Espírita: filosofia, história, literatura e arte**. Disponível em: <<http://jornalcienciaespirita.spiritualist.one/filosofia-espiritualista/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GEORGES, Gusdorf. **As Revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. Conservadorismo e Serviço Social. In: _____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Loyola. 2004.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: _____. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS, 1999. p. 91 -110.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2017.

ROCHA, Sheilla Nadíria Rodrigues. **A Influência do Ecletismo na Produção Teórica do Serviço Social na Contemporaneidade**. 2005. 309 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é Pós-Modernismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 123 v.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 531- 558, jul./set. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300007>. Acesso em: 10 ago. 2016.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 48, p. 35-57, 1995.